


DA HERMENÊUTICA METODOLÓGICA À HERMENÊUTICA ONTOLÓGICA: A
COMPREENSÃO HISTÓRICA NO SÉCULO XX

FROM METHODOLOGICAL TO ONTOLOGICAL HERMENEUTICS: HISTORICAL
UNDERSTANDING IN THE TWENTIETH CENTURY

DE LA HERMENÉUTICA METODOLÓGICA A LA HERMENÉUTICA ONTOLÓGICA: LA
COMPRENSIÓN HISTÓRICA EN EL SIGLO XX

 10.56238/ramv19n14-012

Marcio Andre Martins de Moraes

Doutor em História Social

Instituição: Universidade de São Paulo

E-mail: marcioammoraes@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8738-0485>

RESUMO

Este texto analisa a consolidação da hermenêutica histórica no século XX, destacando sua passagem de um enfoque metodológico para uma compreensão ontológica da experiência histórica. Partindo da crítica à ideia de neutralidade do historiador, a hermenêutica afirma o conhecimento histórico como resultado de um diálogo situado entre intérprete e passado, estruturado pelo círculo hermenêutico. Em Friedrich Schleiermacher e Wilhelm Dilthey, a hermenêutica ainda aparece vinculada à reconstrução do sentido e à distinção entre explicar e compreender. O giro decisivo ocorre com Martin Heidegger, para quem a compreensão não é um método, mas um modo de ser do Dasein, historicamente situado, tornando o círculo hermenêutico expressão da finitude da compreensão. Hans-Georg Gadamer aprofunda essa perspectiva ao formular a hermenêutica filosófica, enfatizando a tradição, a história dos efeitos e a fusão de horizontes como condições da compreensão histórica. Desenvolvimentos posteriores, em autores como Paul Ricoeur, Jörn Rüsen e Reinhart Koselleck, ampliam o debate ao articular narrativa, consciência histórica, temporalidade e crítica da linguagem, evidenciando os limites de uma hermenêutica autosuficiente. Assim, a hermenêutica histórica do século XX redefine a objetividade como situada, dialogal e criticamente controlada.

Palavras-chave: Hermenêutica Histórica. Círculo Hermenêutico. Historicidade. Fusão de Horizontes. Narrativa Histórica. Consciência Histórica.

ABSTRACT

This text examines the consolidation of historical hermeneutics in the twentieth century, highlighting its shift from a methodological approach to an ontological understanding of historical experience. Departing from the critique of the historian's neutrality, hermeneutics conceives historical knowledge as the result of a situated dialogue between the interpreter and the past, structured by the hermeneutic circle. In Friedrich Schleiermacher and Wilhelm Dilthey, hermeneutics still appears primarily as a method aimed at reconstructing meaning and distinguishing between explanation and understanding. The decisive turn occurs with Martin Heidegger, for whom understanding is not a methodological operation but a mode of being of Dasein, historically situated, making the hermeneutic circle an



expression of the finitude of understanding. Hans-Georg Gadamer deepens this perspective by formulating philosophical hermeneutics, emphasizing tradition, the history of effects, and the fusion of horizons as conditions of historical understanding. Subsequent developments in authors such as Paul Ricoeur, Jörn Rüsen, and Reinhart Koselleck expand the debate by articulating narrative, historical consciousness, temporality, and the critique of language, thereby revealing the limits of a self-sufficient hermeneutics. Thus, twentieth-century historical hermeneutics redefines objectivity as situated, dialogical, and critically regulated.

Keywords: Historical Hermeneutics. Hermeneutic Circle. Historicity. Fusion of Horizons. Historical Narrative. Historical Consciousness.

RESUMEN

Este texto analiza la consolidación de la hermenéutica histórica en el siglo XX, destacando su transición de un enfoque metodológico a una comprensión ontológica de la experiencia histórica. A partir de una crítica a la idea de la neutralidad del historiador, la hermenéutica afirma el conocimiento histórico como resultado de un diálogo situado entre el intérprete y el pasado, estructurado por el círculo hermenéutico. En Friedrich Schleiermacher y Wilhelm Dilthey, la hermenéutica aún aparece vinculada a la reconstrucción del significado y a la distinción entre explicar y comprender. El cambio decisivo se produce con Martin Heidegger, para quien la comprensión no es un método, sino un modo de ser del Dasein, históricamente situado, convirtiendo el círculo hermenéutico en una expresión de la finitud de la comprensión. Hans-Georg Gadamer profundiza esta perspectiva al formular la hermenéutica filosófica, enfatizando la tradición, la historia de los efectos y la fusión de horizontes como condiciones para la comprensión histórica. Desarrollos posteriores, en autores como Paul Ricoeur, Jörn Rüsen y Reinhart Koselleck, amplían el debate al articular la narrativa, la conciencia histórica, la temporalidad y la crítica del lenguaje, destacando los límites de una hermenéutica autosuficiente. Así, la hermenéutica histórica del siglo XX redefine la objetividad como situada, dialógica y críticamente controlada.

Palabras clave: Hermenéutica Histórica. Círculo Hermenéutico. Historicidad. Fusión de Horizontes. Narrativa Histórica. Conciencia Histórica.



1 COMPREENSÃO, HISTORICIDADE E LINGUAGEM: A HERMENÊUTICA HISTÓRICA NO SÉCULO XX

A hermenêutica na teoria da história pode ser definida como a arte e a ciência da compreensão e interpretação dos sentidos do passado. Diferente de uma ciência exata que busca leis universais para "explicar" fenômenos (como a física), a hermenêutica entende que o historiador não é um observador neutro, mas alguém que dialoga com os vestígios do passado a partir de seu próprio tempo. Ela ensina que o conhecimento histórico ocorre no chamado Círculo Hermenêutico: para entender o "todo" de uma época, precisamos compreender suas partes (documentos, leis, artes), mas essas partes só fazem sentido quando temos uma pré-compreensão do contexto geral. Assim, a história deixa de ser uma "escavação" de fatos mortos e passa a ser uma fusão de horizontes, onde as perguntas do presente se encontram com as respostas que o passado deixou gravadas em seus textos e monumentos.

No século XX, a hermenêutica deixa de ser pensada apenas como um conjunto de métodos para interpretar textos e passa a ser concebida como uma reflexão sobre a própria condição histórica da compreensão. Na tradição romântica e historicista, Friedrich Schleiermacher e Wilhelm Dilthey ainda formulam a hermenêutica em chave metodológica, embora já apontem para a inseparabilidade entre interpretação e vida histórica. Schleiermacher, em *A arte e a técnica da interpretação* (SCHLEIERMACHER, 1999)¹, define a tarefa hermenêutica como reconstrução da intenção do autor por meio de um movimento circular entre o todo e as partes, combinando interpretação gramatical (centrada na língua) e psicológica (centrada na individualidade do autor).

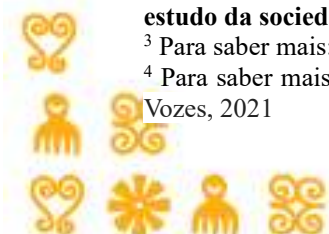
Dilthey, por sua vez, em *Introdução às ciências humanas – tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história* (DILTHEY, 2010)² ao distinguir o explicar (*erklären*) e o compreender (*verstehen*), e ao fundamentar as ciências do espírito, insiste em que o mundo histórico é um “mundo construído” na correlação entre experiência vivida, expressão objetiva e compreensão, deslocando o problema da interpretação para o campo mais amplo da constituição de sentido nas formações históricas. É com Martin Heidegger, contudo, que ocorre o giro decisivo: em *Ser e tempo* (HEIDEGGER, 2024)³, compreender deixa de ser uma operação cognitiva aplicada a objetos para ser descrito como modo de ser do *Dasein*, ente que existe sempre já lançado em um mundo e em uma história. A *Ontologia–Hermenêutica da facticidade* (HEIDEGGER, 2021)⁴, busca descrever a experiência concreta do existir antes de qualquer objetivação teórica, mostrando que o círculo hermenêutico exprime a estrutura inevitável de uma compreensão finita e situada, e não um vício lógico superável.

¹ Para saber mais: SCHLEIERMACHER, Friedrich de. *A arte e a técnica da interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

² Para saber mais: DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas – tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história*. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

³ Para saber mais: HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Minerva Heritage Press, 2024.

⁴ Para saber mais: HEIDEGGER, Martin. *Ontologia–Hermenêutica da facticidade*. Trad. Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2021



Hans-Georg Gadamer retoma esse impulso e, em *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (GADAMER, 2003)⁵, transforma a hermenêutica em filosofia da compreensão histórica: ao enfatizar a tradição e a *história dos efeitos* (Wirkungsgeschichte), reabilita os *preconceitos* (Vorurteile) como condições de possibilidade da compreensão e formula a ideia de fusão de horizontes entre o intérprete e o texto. A partir desse percurso, a hermenêutica histórica passa a interrogar como é possível conhecimento válido do passado quando o próprio intérprete é constitutivamente histórico, abrindo caminho para a noção de uma objetividade situada, negociada na tensão entre linguagem, tradição e crítica.

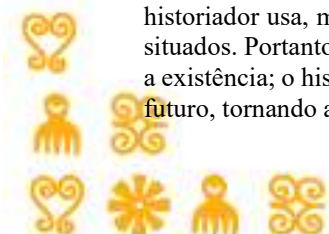
A virada hermenêutica do século XX pode ser descrita, em grande medida, como a passagem de uma hermenêutica metodológica para uma hermenêutica ontológica⁶, cujo núcleo se encontra na obra de Martin Heidegger e é sistematizado, no plano da compreensão histórica, por Hans-Georg Gadamer. Em textos como *Ontologia–Hermenêutica da facticidade* (HEIDEGGER, 2021) e, sobretudo, em *Ser e tempo* (HEIDEGGER, 2024), Heidegger define a *hermenêutica da facticidade* como o esforço de explicitar o modo de ser do *Dasein*⁷ antes de qualquer objetivação teórica. O *Dasein* não é um sujeito que primeiro se coloca diante de um mundo dado, mas um ser-no-mundo cuja compreensão de ser constitui a forma originária de seu existir: compreender não é, portanto, uma operação intelectual posterior, mas um modo de ser, uma abertura antecipadora às próprias possibilidades. A estrutura do *cuidado* (Sorge), que articula facticidade, existência e decadência, e a análise da historicidade existencial fazem com que o círculo hermenêutico deixe de ser visto como um vício lógico a ser superado e passe a expressar a estrutura inevitável de uma compreensão finita, sempre já situada num mundo de significados historicamente dados.

Hans-Georg Gadamer retoma esse impulso heideggeriano e o aplica diretamente à questão da compreensão histórica em *Verdade e método* (GADAMER, 2023). Contra o ideal de uma *consciência histórica* capaz de se libertar de todos os preconceitos, Gadamer introduz a noção de *consciência historicamente efetivada* (wirkungsgeschichtliches Bewusstsein), insistindo que todo intérprete está

⁵ Para saber mais: GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Vozes, 2003. v.1

⁶ A hermenêutica ontológica representa uma mudança radical na forma como entendemos o conhecimento: ela deixa de ser uma "caixa de ferramentas" para interpretar livros e passa a ser uma investigação sobre a própria natureza do ser humano. Inaugurada por Martin Heidegger e sistematizada por Hans-Georg Gadamer, essa perspectiva afirma que o ser humano não "pratica" a hermenêutica apenas quando estuda história, mas que ele é inerentemente hermenêutico. Isso significa que nossa existência é definida pela compreensão; nós já nascemos "lançados" em um mundo cheio de significados, tradições e linguagens que moldam quem somos. Para a teoria da história, isso implica que o historiador não é um sujeito neutro observando um objeto distante, mas um ser histórico mergulhado em um fluxo temporal, onde interpretar o passado é, simultaneamente, uma forma de compreender a sua própria existência no presente.

⁷ O *Dasein* (Ser-aí) representa a superação da ideia do homem como um observador neutro e isolado. Para Heidegger, nós não apenas "estamos" na história, mas somos história; nossa existência é definida pelo fato de estarmos "lançados" em um mundo de significados que não escolhemos (facticidade). Isso significa que a compreensão não é uma ferramenta que o historiador usa, mas o seu próprio modo de ser: só conseguimos interpretar o passado porque já somos seres temporais e situados. Portanto, o conhecimento histórico não nasce de um distanciamento frio, mas da nossa preocupação (Sorge) com a existência; o historiador, enquanto *Dasein*, interroga os vestígios do passado para projetar suas próprias possibilidades de futuro, tornando a hermenêutica um exercício de autocompreensão dentro do fluxo do tempo.



imerso numa tradição que continua a exercer efeitos sobre seu horizonte de compreensão. É nesse contexto que ele reabilita o termo *preconceito* (Vorurteil) em seu sentido literal de juízo prévio: não há compreensão “a partir do nada”; aproximamo-nos sempre dos textos munidos de expectativas, esquemas de sentido e linguagens herdadas, que funcionam como condições de possibilidade, e não apenas como obstáculos.

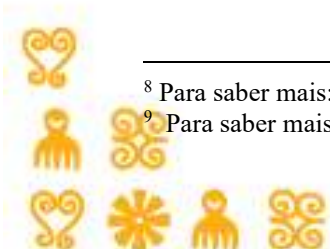
A *história dos efeitos* (Wirkungsgeschichte) designa justamente esse entrelaçamento entre passado e presente, em que a tradição não é mero objeto a ser reconstruído, mas meio em que a compreensão se torna possível, enquanto a *fusão de horizontes* (Horizontverschmelzung) exprime o processo pelo qual o horizonte do intérprete e o do texto se encontram e se transformam mutuamente num diálogo mediado pela linguagem, entendida como medium compartilhado, e não como instrumento neutro. Essa concepção tem implicações diretas para a teoria da história: ao invés de imaginar um historiador capaz de suspender totalmente sua pertença histórica para captar o passado “tal como ele foi” (genau wie er war), a hermenêutica ontológica de Heidegger e Gadamer obriga a reconhecer que toda investigação parte de uma situação histórica determinada, marcada por preconceitos e por uma tradição de interpretações.

O desafio não é eliminar essa condição, mas torná-la consciente e colocá-la em jogo no encontro com os vestígios do passado, de modo que o círculo hermenêutico se transforme de círculo vicioso em círculo virtuoso de ampliação de horizonte. Com isso, a questão clássica da *objetividade histórica* é deslocada: em vez de um ideal de neutralidade descontextualizada, a objetividade passa a ser pensada como resultado de interpretações que, assumindo sua inserção histórica, buscam critérios de argumentação, controle intersubjetivo e abertura ao contraditório para produzir compreensões mais rigorosas e responsáveis do passado.

Em Paul Ricoeur, especialmente na trilogia *Tempo e narrativa* (RICOEUR, 1994)⁸ e em *Si-mesmo como outro* (RICOEUR, 1991)⁹ como outro, a hermenêutica histórica é reorganizada em torno da categoria de narrativa como mediação entre o tempo vivido e o tempo histórico. Em *Tempo e narrativa* (RICOEUR, 1994), Ricoeur formula a teoria da tríplice mimese: a mimese I (prefiguração) designa o tecido prático e simbólico do mundo da ação, com suas normas, expectativas e esquemas temporais, que tornam a ação inteligível antes de qualquer relato; a mimese II (configuração) remete à operação de trama pela qual o narrador, inclusive o historiador, organiza acontecimentos dispersos em um enredo dotado de começo, meio e fim; a mimese III (refiguração), por fim, nomeia o efeito da narrativa sobre o horizonte do leitor, no qual o mundo do texto e o mundo da vida se encontram, reconfigurando a experiência temporal do intérprete.

⁸ Para saber mais: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Papyrus, 1994. v3

⁹ Para saber mais: RICOEUR, Paul. *Si-mesmo como outro*. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.



Em *Si-mesmo como outro* (RICOEUR, 1991) como outro, essa dinâmica é aprofundada na noção de identidade narrativa, que articula a tensão entre mesmidade (idem) e ipseidade (ipse), mostrando que tanto os sujeitos quanto as comunidades se compreendem a si mesmos através de histórias que ligam passado, presente e futuro. A partir desse quadro, a interpretação histórica deixa de ser pensada como simples reconstrução de fatos ou intenções e passa a ser concebida como um trabalho de forma temporal, no qual explicação e compreensão se entrelaçam. Ao analisar a escrita da história, Ricoeur insiste em que a narrativa histórica incorpora procedimentos explicativos, causais, estruturais, funcionais, na própria configuração do enredo, ao mesmo tempo em que produz novos modos de compreender a experiência humana no tempo.

A *hermenêutica da confiança* e da *hermenêutica suspeita*, elaborada em obras como *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica* (RICOEUR, 1988)¹⁰, reforça essa ambivalência: de um lado, há a escuta dos sentidos que os textos e testemunhos pretendem veicular; de outro, a crítica das ideologias da memória e dos esquecimentos organizados que distorcem o passado. Assim, a narrativa histórica aparece como mediação entre a exigência de rigor explicativo e a necessidade de submeter à crítica os enquadramentos simbólicos que legitimam poderes e identidades. Esse horizonte narrativo encontra um desdobramento teórico e pedagógico na obra de Jörn Rüsen, que parte de uma inspiração ricouriana para construir uma teoria da consciência histórica.

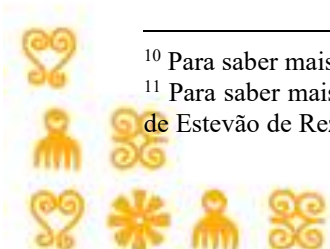
Para Rüsen, em *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica* (RÜSEN, 2001)¹¹ consciência histórica é a capacidade de orientar-se no tempo por meio de narrativas que articulam experiências passadas, situações presentes e expectativas de futuro, integrando conhecimento histórico e orientação prática. Como o próprio Rüsen define "A consciência histórica pode ser definida como o conjunto de operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos" (RÜSEN, 2001, p. 55).

Sua tipologia dos tipos de formação de sentido, sendo: tradicional, exemplar, crítico e genético. Pode ser lida como diferentes modalidades de refiguração narrativa: a *forma tradicional* reforça continuidades e identidades herdadas; a *exemplar* extrai "lições" gerais do passado; a *crítica* rompe com narrativas consagradas e deslegitima mitos históricos; a *genética*, por fim, compreende a história como processo aberto, incorporando a experiência da mudança e da contingência.

Ao aproximar a tríplice mimese de Ricoeur das formas de consciência histórica de Rüsen, torna-se possível pensar a narrativa histórica como lugar de síntese entre explicação e compreensão, no qual se jogam, ao mesmo tempo, o rigor analítico e a responsabilidade ética diante dos efeitos de orientação que as narrativas produzem na vida individual, na educação e no espaço público.

¹⁰ Para saber mais: RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Porto: Rés, 1988.

¹¹ Para saber mais: RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Unb, 2001.



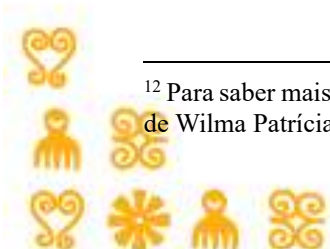
Em Reinhart Koselleck, a hermenêutica histórica encontra um contraponto decisivo na forma de uma teoria da experiência histórica moderna fundada na *semântica dos tempos históricos* pois “A experiência é passado atual, cujos acontecimentos foram incorporados e podem ser recordados” (KOSELLECK, 2006, p. 308). Em *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (KOSELLECK, 2006)¹², Koselleck propõe as categorias de *espaço de experiência* (Erfahrungsraum) e *horizonte de expectativa* (Erwartungshorizont) pois “A experiência e a expectativa são duas categorias adequadas para tratar o tempo histórico, por entrelaçarem o passado e o futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 307)” para pensar a especificidade da temporalidade moderna. O *espaço de experiência* designa o passado presente, isto é, o conjunto de vivências, memórias e aprendizagens acumuladas que orientam o modo como uma sociedade se relaciona com o que já aconteceu.

O *horizonte de expectativa*, por sua vez, remete às projeções de futuro, carregadas de esperança, temor e prognose, que configuram o campo do possível a partir do presente. A modernidade se caracteriza, segundo Koselleck, por um crescente descolamento entre essas duas dimensões, na medida em que a aceleração histórica abre um hiato entre o repertório de experiências e as expectativas de futuro, convertendo o tempo em problema central da autocompreensão histórica. Essa análise temporal está articulada ao projeto de uma *história dos conceitos* (Begriffsgeschichte), no qual termos-chave da modernidade política e social, como “revolução”, “progresso”, “crise”, “democracia”, são estudados em sua longa duração semântica para revelar as camadas de tempo que se condensam em seu uso.

A *História dos Conceitos* (Begriffsgeschichte), conforme proposta por Reinhart Koselleck, “Um conceito não apenas caracteriza uma situação, ele também cria uma situação” (KOSELLECK, 2006, p. 104), diferencia-se da tradicional História das Ideias por não tratar os pensamentos como abstrações atemporais, mas por investigar a relação intrínseca entre a linguagem e a estrutura social. Nessa perspectiva, uma palavra só se eleva à dignidade de conceito quando concentra em si uma multiplicidade de significados e experiências históricas, tornando-se, simultaneamente, indicador das mudanças já ocorridas e fator de novas transformações políticas. Esse papel ativo da linguagem torna-se evidente no conceito de *Sattelzeit* (Tempo de Sela), o período entre 1750 e 1850 que marca a transição para a modernidade. Durante esse intervalo, os conceitos sofreram uma “democratização” e uma “politização”, passando a projetar horizontes de expectativa voltados ao futuro; um exemplo emblemático é o termo “Revolução”, que deixou de designar um retorno cíclico (como o movimento dos astros) para significar uma ruptura histórica irreversível e orientada ao progresso.

É nesse ponto que se insere sua crítica à *primazia hermenêutica*, dirigida em particular à hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer (GADAMER, 2023). Enquanto Gadamer, em *Verdade e método*, tende a fundamentar a universalidade da hermenêutica na universalidade da

¹² Para saber mais: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.



experiência linguística, concebendo a história dos efeitos como horizonte em que toda compreensão está imersa, Koselleck argumenta que existem categorias antropológicas e condições histórico-sociais que antecedem e limitam a linguagem.

Em leitura antropológica de *Ser e tempo* (HEIDEGGER, 2024), ele sugere que a compreensão não pode reivindicar primazia absoluta porque há dimensões da experiência, como sofrimento corporal, morte, trauma de guerra, que não se deixam plenamente integrar em esquemas de sentido, introduzindo na história uma dimensão de *não-sentido* (Unsinn) irreduzível. A fórmula koselleckiana (KOSELLECK, 2006) do *caráter duplo de toda história* exprime essa tensão: por um lado, há o nível dos acontecimentos e das estruturas, com suas regularidades e contingências; por outro, há o nível das narrativas e interpretações que procuram dar sentido a esses processos, sem jamais esgotá-los. Se Gadamer (GADAMER, 2023) enfatiza a unidade de tradição e compreensão na história dos efeitos, Koselleck insiste no hiato entre fato e relato, entre realidade histórica e suas articulações linguísticas, lembrando que a realidade “nunca se consuma sem a linguagem, mas é sempre, para mais ou para menos, diversa da linguagem”. A consequência, para a teoria da história, é a necessidade de articular hermenêutica e análise de estruturas: compreender textos e tradições continua sendo indispensável, mas é preciso também dar conta das condições sociais, políticas e temporais que moldam o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, bem como das experiências de sentido e *não-sentido* (Sinn/Unsinn) que desafiam qualquer pretensão de uma hermenêutica totalizante.

No debate entre hermenêutica filosófica e teoria crítica, o confronto entre Hans-Georg Gadamer e Jürgen Habermas explicita um limite decisivo da “primazia hermenêutica”. Em *Verdade e método* (GADAMER, 2023), Gadamer afirma a universalidade da compreensão linguística, insistindo que toda experiência histórica é mediada pela tradição e pela história dos efeitos, de modo que a crítica de ideologia só pode ocorrer no interior de processos dialógicos em que preconceitos são postos em jogo e reelaborados.

Habermas, em textos como *Conhecimento e interesse* (HABERMAS, 1968)¹³ e nas intervenções reunidas no debate com Gadamer, aceita a crítica à *consciência objetivante*, mas denuncia o déficit de crítica social na hermenêutica gadameriana: para ele, as tradições são atravessadas por relações de poder e por comunicações sistematicamente distorcidas, que não podem ser corrigidas apenas pela dinâmica interna da tradição. É nesse contexto que sua teoria da ação comunicativa introduz a ideia de comunicação não distorcida e de pretensões de validade (verdade, correção normativa, veracidade) como critérios normativos para distinguir entre consenso racionalmente motivado e mera reprodução de dominação, dando à crítica um estatuto que excede a mera pertença hermenêutica.

¹³ Para saber mais: HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Lisboa: Edições 70, 1968

Em outro registro, mas incidindo sobre o mesmo problema da suficiência da hermenêutica, a obra de Hayden White sobretudo *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* (WHITE, 1995)¹⁴ inscreve a teoria da história no contexto da virada linguística. White propõe que os grandes historiadores do século XIX organizam seus relatos segundo modos de *trama* (emplotment) como: romance, tragédia, comédia, sátira, tipos de explicação como: formista, mecanicista, organicista, contextualista, e *tropos retóricos* fundamentais como: metáfora, metonímia, sinédoque, ironia, que estruturam de maneira profunda a inteligibilidade do passado. Essas escolhas de forma não são meros adornos estilísticos: elas prefiguram visões de mundo e distribuem causalidades e responsabilidades, de modo que a mesma sequência de eventos pode ser convertida, por exemplo, em narrativa trágica ou romanesca, com consequências distintas para o sentido histórico produzido.

Ao deslocar a atenção do “conteúdo factual” para as estruturas narrativas e tropológicas que configuram os relatos, White aproxima a historiografia da literatura sem reduzi-la a pura ficção, mas enfatizando que toda história é *narrativamente lógica* e, portanto, atravessada por decisões de forma que condicionam sua pretensão de verdade. A questão da verdade histórica é parcialmente transferida para o plano da análise das formas narrativas, o que tensiona expectativas de convergência interpretativa fundadas apenas na ideia de compreensão hermenêutica: se diferentes modos de *tramas* e diferentes *tropos* geram interpretações incomensuráveis, a hermenêutica deve incorporar uma crítica das formas discursivas e dos efeitos ideológicos da escrita histórica.

Assim, tanto a crítica habermasiana quanto o narrativismo de White funcionam como lembretes dos limites de uma hermenêutica autosuficiente: para pensar a verdade e a objetividade em história, é preciso articular compreensão com critérios normativos de crítica social e com análise rigorosa da forma discursiva, reconhecendo o papel da linguagem tanto na produção de sentido quanto na possibilidade de distorção.

Em Paul Ricoeur, especialmente em *Tempo e narrativa* (RICOEUR, 1993) e *Si-mesmo* (RICOEUR, 1991) como outro, a hermenêutica histórica é reorganizada em torno da narrativa como mediação entre tempo vivido e tempo histórico.¹ A teoria da tríplice mimese explicita esse movimento: na mimese I (prefiguração), aparecem as estruturas práticas e simbólicas do mundo da ação, normas, expectativas temporais, esquemas de causalidade prática, que tornam inteligível o agir antes de qualquer relato; na mimese II (configuração), a operação de *trama* (emplotment) organiza acontecimentos dispersos em um enredo dotado de coerência, articulando explicações causais, estruturas e intenções; na mimese III (refiguração), o mundo do texto encontra o mundo do leitor, reconfigurando sua experiência temporal e sua auto-compreensão. Nessa chave, a interpretação histórica é entendida como trabalho de forma temporal que, ao mesmo tempo, explica (ao organizar causalidades e estruturas) e compreende (ao produzir novos modos de se situar no tempo), abrindo

¹⁴ Para saber mais: WHITE, Hayden V. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Edusp, 1995.

espaço tanto para a crítica das ideologias da memória quanto para a reconstrução de sentido em contextos marcados por violência e esquecimento.

Jörn Rüsen (RÜSEN, 2001) retoma esse horizonte narrativo e o traduz em termos de teoria da consciência histórica e de Didática da História. Para ele, consciência histórica é a capacidade de orientar-se no tempo por meio de narrativas que ligam experiências passadas, situações presentes e expectativas de futuro, de modo que conhecer historicamente e agir no presente se tornam dimensões inseparáveis. Sua tipologia dos tipos de formação de sentido histórico, tradicional, exemplar, crítico e genético, descreve formas diferentes de organizar narrativamente a relação passado–presente–futuro: na consciência tradicional, o passado legitima continuidades; na exemplar, fornece regras gerais de conduta; na crítica, desmonta narrativas consagradas e mitos legitimadores; na genética, articula a experiência da mudança e da contingência com a abertura para futuros inéditos. Essa tipologia aproxima diretamente teoria da história, didática e educação cidadã, pois cada forma de consciência histórica implica modos distintos de posicionamento moral e político diante do tempo e dos conflitos de memória.

Ao colocar Ricoeur (RICOEUR, 1993) e Rüsen (RÜSEN, 2001) em diálogo, é possível traduzir a ideia gadameriana (GADAMER, 2023) de *fusão de horizontes* em chave pedagógica. A mimese III de Ricoeur, refiguração do horizonte do leitor pelo encontro com o texto, pode ser lida, em termos de Rüsen, como transformação das formas de consciência histórica: narrativas escolares, acadêmicas ou midiáticas podem reforçar formas tradicionais ou exemplares, mas também podem estimular formas críticas e genéticas mais reflexivas. No ensino de história, isso se concretiza no encontro entre o horizonte dos estudantes, marcado por memórias familiares, discursos políticos, redes sociais, e o horizonte dos relatos históricos produzidos pela pesquisa, encontro em que se jogam disputas sobre identidade, responsabilidade e futuro. Desse ponto de vista, a prática do Historiador-docente, exige uma ética da responsabilidade interpretativa: em contextos de negacionismo, revisionismos agressivos e usos governamentais do passado, não basta “apresentar fatos”; é necessário refletir sobre como determinadas narrativas refiguram a consciência histórica, quais formas de sentido reforçam ou transformam, e que efeitos produzem na vida pública.

Articulando a hermenêutica narrativa de Ricoeur com a teoria da consciência histórica de Rüsen, a hermenêutica histórica do século XX desemboca, assim, numa concepção de história como prática formativa, em que a busca de verdade se combina com a responsabilidade por formar sujeitos capazes de se orientar criticamente no tempo.



2 HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: TRADIÇÕES, RUPTURAS E RECONFIGURAÇÕES

A historiografia brasileira será aqui entendida como um campo em disputa, sobre a função pública da história, os critérios de verdade e o próprio conteúdo do “nacional”, e não como simples lista de obras sobre o passado. Apoio-me, para isso, na ideia de pensar historicamente de Jörn Rüsen (RÜSEN, 2007)¹⁵, que define a história como forma cultural de orientação no tempo, articulando passado, presente e expectativa de futuro (ASSIS, 2011)¹⁶, e na noção de *regimes de historicidade* (HARTOG, 2013)¹⁷ de François Hartog, que permite perceber as mudanças nas maneiras de relacionar-se com o passado (do passado-modelo imperial às formas mais críticas e presentistas recentes). Em diálogo com Arthur Alfaix Assis (ASSIS, 2014), que retoma Johann Gustav Droysen¹⁸ para discutir as funções da historiografia, tomo a história da historiografia brasileira como um esforço de compreender, em cada contexto, para que serve a história e quem é autorizado a falar em nome do passado nacional.

Essa abordagem se aproxima da proposta do trabalho de Wagner Geminiano dos Santos em *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica (1980–2012)* (SANTOS, 2015)¹⁹, ao mostrar que a expressão “historiografia brasileira” só se estabiliza, a partir dos anos 1980, como designação do saber produzido pelo historiador profissional, vinculado à universidade, à pós-graduação e às revistas científicas. Nesse processo, a configuração de uma geografia disciplinar (centros de formação, periódicos, eventos) e de uma memória disciplinar (balanços, genealogias, narrativas sobre o “campo”) revela como a historiografia é produto de disputas político-institucionais e epistemológicas. A criação, em 2009, da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e a consolidação da revista *História da Historiografia*, fundada em 2008, marcam a autonomização desse espaço de reflexão: teoria da história e história da historiografia passam a constituir um campo específico, com seus fóruns, agendas e debates, no qual a historiografia brasileira deixa de ser apenas repertório de autores para tornar-se objeto crítico, inclusive em chave descolonial e de história pública.

O historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães no artigo *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)* (GUIMARÃES, 1988)²⁰, aponta que no século XIX, a escrita da história no Brasil foi

¹⁵ Para saber mais: RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado: os princípios fundamentais da pesquisa histórica**. Brasília: Editora UnB, 2007

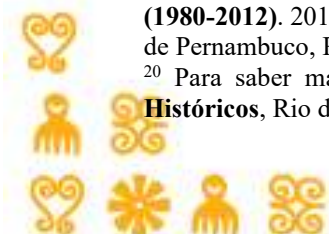
¹⁶ Para saber mais: ASSIS, Arthur Alfaix. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: Ed. da UFG, 2011

¹⁷ Para saber mais: HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

¹⁸ Para saber mais: ASSIS, Arthur Alfaix. **What is History for? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography**. New York: Berghahn Books, 2014

¹⁹ Para saber mais: SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica (1980-2012)**. 2015. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015

²⁰ Para saber mais: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-31, 1988.



profundamente marcada pelo projeto de construção da nação imperial, tendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1838) como principal espaço de coordenação dessa memória oficial. Nesse contexto, Francisco Adolfo de Varnhagen, ligado ao IHGB, tornou-se figura central ao propor uma História geral do Brasil (1854–1857) assentada em vasta documentação e orientada pela ideia de que o conhecimento histórico deveria servir ao aperfeiçoamento da vida pública e à consolidação do Estado monárquico, aproximando-se de um modelo de história política e diplomática tributário do historicismo rankeano. Sua narrativa, que enfatiza a atuação dos portugueses, a continuidade entre Colônia e Império e a dimensão estatal como “motor da vida social”, contribuiu para fixar um cânone de historiografia nacional que funcionava, ao mesmo tempo, como legitimação do regime e como manual de identidade para as elites letradas.

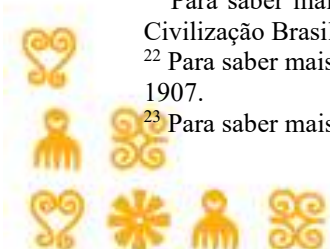
O historiador José Honório Rodrigues em seus estudos sobre Capistrano de Abreu (RODRIGUES, 1964)²¹, destaca que o historiador cearense atuou na virada do século XIX para o XX, tido como a figura de transição dentro dessa tradição, tanto pelo deslocamento temático quanto pelo refinamento metodológico de sua prática historiográfica. Em obras como *Capítulos de história colonial* de 1907²² e em sua intensa atividade de pesquisa documental, Capistrano introduz uma erudição baseada em trabalho sistemático de arquivo, na crítica interna e externa das fontes e na formulação de perguntas precisas ao material, rompendo com a ideia de que os documentos “falam por si” e aproximando-se de uma concepção mais problemática do conhecimento histórico. Ao privilegiar temas como a expansão territorial, os sertões, a circulação de populações e as formas de dominação no espaço colonial, sua escrita desloca o foco da narrativa do Estado para as dinâmicas de longa duração e para o território, antecipando sensibilidades que mais tarde seriam associadas à história social e à história das estruturas. Dessa forma, se Varnhagen encarna um “historicismo adaptado” às necessidades do Império, articulando crítica documental e pragmatismo político, Capistrano abre caminho para uma historiografia que, sem abandonar a erudição, complexifica a noção de nação e amplia o repertório de sujeitos e espaços considerados historicamente relevantes.

A chamada “geração de 1930”, com nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, representa, na historiografia brasileira, a passagem de uma narrativa centrada no Estado e na política para interpretações de fôlego sobre a formação da sociedade brasileira, em diálogo intenso com correntes teóricas internacionais. Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*²³ de 1936, mobiliza categorias da sociologia compreensiva de Max Weber, especialmente a noção de patrimonialismo e os tipos de dominação, para interpretar a persistência de formas de poder

²¹ Para saber mais: RODRIGUES, José Honório. **Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

²² Para saber mais: ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial** (1500-1800). Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907.

²³ Para saber mais: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995



“domésticas” e personalistas na história política brasileira e a figura do “homem cordial”; em vez de apenas descrever eventos, ele propõe tipos ideais para captar disposições de longa duração, transformando o passado em chave para compreender os impasses da modernização.

Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*²⁴ (FREYRE, 2006) publicado em 1933, dialoga com a antropologia cultural de Franz Boas²⁵ ao recusar explicações raciais hierarquizantes e enfatizar a centralidade da família patriarcal e da vida privada na formação da sociedade brasileira. Seu uso de categorias como *casa-grande*, *senzala* e *miscigenação* organiza a interpretação da colonização como processo de intensa interação cultural entre portugueses, africanos e indígenas, atribuindo à intimidade doméstica e às relações de parentesco um papel estruturante na ordem social; com isso, desloca a análise da esfera exclusivamente política para o cotidiano, os costumes e as formas de sociabilidade. Em conjunto, esses três autores não apenas produzem grandes narrativas sobre o passado, mas inauguram um modo de fazer historiografia em que o Brasil é pensado por meio de conceitos, patrimonialismo, sentido da colonização, família patriarcal, miscigenação, que articulam história, sociologia e antropologia, convertendo a escrita da história em interpretação crítica da formação nacional.

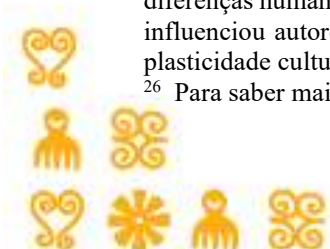
Caio Prado Júnior, por sua vez, insere-se no horizonte do marxismo ao formular, em *Formação do Brasil contemporâneo* (PRADO JÚNIOR, 2012)²⁶ publicado em 1942, a tese do *sentido da colonização*: a colonização portuguesa nas Américas teria sido orientada fundamentalmente pela produção para o mercado mundial, estruturando a sociedade colonial em torno da grande lavoura, da monocultura e do trabalho escravo, a serviço de interesses externos. Ao definir esse *sentido*, Caio Prado transforma a história do Brasil em um problema de economia política, em que a posição periférica no capitalismo mundial e a articulação entre estrutura agrária e escravidão explicam tanto a forma do Estado quanto os limites da cidadania, fazendo da historiografia um instrumento de crítica social.

A fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, e a vinda da chamada “missão francesa” marcaram uma inflexão decisiva na historiografia brasileira, ao deslocar a história do âmbito das letras e dos ensaios eruditos para um projeto de ciência universitária, ancorado na pesquisa, na pós-graduação e na profissionalização do ofício. A presença de Fernand Braudel entre 1935 a 1937, jovem professor de história econômica e social ligado ao círculo dos Annales, bem como de outros franceses (Pierre

²⁴ Para saber mais: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 52. ed. rev. São Paulo: Global, 2006

²⁵ Franz Boas rompeu com o evolucionismo social ao propor o particularismo histórico, defendendo que cada cultura deve ser compreendida em sua própria trajetória e lógica interna. Essa visão fundamenta o relativismo cultural, explicando as diferenças humanas por processos históricos e ambientais, e não por determinismos biológicos. No Brasil, essa perspectiva influenciou autores como Gilberto Freyre, que reinterpretou a mestiçagem não como degeneração, mas como síntese e plasticidade cultural.

²⁶ Para saber mais: PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012



Monbeig²⁷, Claude Lévi-Strauss²⁸, Jean Maugué²⁹), introduziu no ambiente uspiano uma sensibilidade voltada para longa duração, estruturas econômicas e sociais, e para o uso sistemático de fontes seriadas, contribuindo para que a escrita da história no Brasil se afastasse da narrativa puramente política em direção a problemáticas mais amplas. Essa reconfiguração institucional e intelectual consolidou a figura do historiador universitário, com formação específica e inserção em redes internacionais, redefinindo, assim, as condições de produção da historiografia brasileira.

Nesse novo quadro, a chamada “escola paulista” de história da escravidão e da colonização, representada entre outros por Fernando A. Novais e Jacob Gorender, desempenhou papel central ao integrar o Brasil às discussões sobre capitalismo, sistema colonial e escravismo em escala atlântica. Fernando Novais, em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*³⁰ publicada originalmente em 1979, interpreta a colonização luso-brasileira a partir da noção de *Antigo Sistema Colonial*, articulando a tríade latifúndio, escravidão e monocultura ao funcionamento do capitalismo comercial europeu e dialogando com debates inaugurados por Eric Williams³¹ sobre a relação entre tráfico de escravos, acumulação de capital e formação do capitalismo industrial. Ao recolocar a escravidão como relação social dominante e estrutural, e não como mero “capítulo” da história nacional, Novais combina materialismo histórico, história econômica e social e a perspectiva de longa duração típica dos Annales, contribuindo para uma historiografia que entende o Brasil como parte de um sistema mundial.

Jacob Gorender, na sua obra de 1978 *O escravismo colonial* (GORENDER, 2011)³², aprofunda essa linha ao propor, com base em Marx, a categoria de *modo de produção escravista colonial* para

²⁷ Geógrafo, atuou na USP de 1935 a 1946 e foi uma figura central na consolidação da geografia humana no Brasil. Ligado à tradição francesa, trouxe uma abordagem que articulava espaço, economia e sociedade, incentivando o estudo empírico do território brasileiro, especialmente das frentes pioneiras e da expansão do capitalismo no interior do país. Sua presença foi decisiva para a formação de gerações de geógrafos e para a institucionalização da geografia como campo científico rigoroso na universidade.

²⁸ Antropólogo, lecionou na USP entre 1935 e 1938, no início de sua carreira acadêmica, período que foi fundamental para a formação de seu pensamento antropológico. No Brasil, realizou pesquisas de campo com povos indígenas e amadureceu questões que mais tarde desembocariam no estruturalismo. Sua passagem pela USP contribuiu para introduzir uma antropologia moderna, voltada à compreensão das culturas em seus próprios termos e crítica ao evolucionismo e ao etnocentrismo

²⁹ Filósofo, esteve na USP aproximadamente entre 1935 e 1944, atuando principalmente no campo da psicologia e da filosofia na então Faculdade de Filosofia. Teve um papel importante na formação intelectual dos primeiros estudantes, ajudando a criar um ambiente acadêmico marcado pelo rigor teórico e pelo diálogo com as correntes do pensamento europeu contemporâneo. Sua atuação integrou o esforço mais amplo de institucionalização das humanidades na universidade brasileira recém-criada.

³⁰ Para saber mais: NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2011

³¹ Em *Capitalismo e Escravidão* (1944), Eric Williams sustenta que a escravidão nas Américas não foi um sistema econômico arcaico ou isolado, mas o motor fundamental para a acumulação primitiva de capital que financiou a Revolução Industrial na Inglaterra. Sua tese central, conhecida como “tese do declínio”, argumenta que o abolicionismo britânico não decorreu primordialmente de impulsos humanitários, mas de uma mudança nos interesses econômicos consumidores. Para saber mais: WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

³² Para saber mais: GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011



caracterizar a formação social brasileira anterior a 1888, distinguindo-o tanto do escravismo antigo quanto do capitalismo pleno. Através de uma análise rigorosa da economia política da escravidão, Gorender argumenta que o capitalismo brasileiro apoiou-se na acumulação derivada do escravismo, o que permite articular exploração de classe e opressão racial, aproximando sua interpretação das reivindicações do movimento negro contemporâneo. Ao criticar leituras “neo-patriarcalistas” que suavizavam a violência do regime e ao enfatizar a agência dos escravizados e a centralidade do tráfico atlântico na formação do capitalismo, sua obra contribuiu para redefinir tanto o lugar da escravidão na história do Brasil quanto o estatuto teórico da historiografia sobre o tema.

Desse modo, entre a missão francesa e a consolidação da escola paulista, a historiografia brasileira passa por um processo de institucionalização e sofisticação teórica em que autores como Novais e Gorender, dialogando com o marxismo, a história econômica e social e a história global, reformulam a compreensão da colonização e da escravidão, ao mesmo tempo em que consolidam a universidade, e, em especial, a USP, como centro produtor e legitimador da “historiografia brasileira profissional”.

Vale salientar, que também houveram publicação ditas historiográficas que era se colocavam a favor da ditadura militar, consolidou-se uma historiografia de forte viés oficialista que serviu de suporte simbólico ao regime, articulando tradições anteriores de narrativa biográfica e heroica com a legitimação do golpe de 1964.

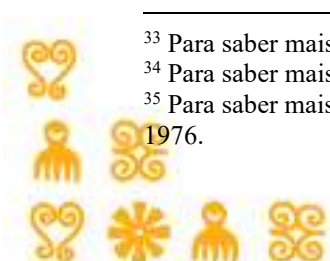
Pedro Calmon, talvez o principal representante da historiografia heráldica e biográfica, produziu uma vasta História do Brasil em sete volumes (CALMON, 1971)³³, na qual privilegia grandes personagens, a continuidade do Estado e uma visão celebratória da nação, motivo pelo qual gozou de grande prestígio junto às Forças Armadas. Hélio Vianna³⁴, por sua vez, teve seus manuais adotados amplamente no ensino oficial, ajudando a fixar uma narrativa linear de ordem, progresso e conciliação, que atenua conflitos sociais e apresenta a história nacional como sequência harmoniosa de feitos de estadistas. Já o general Aurélio de Lyra Tavares³⁵, em obras como O Exército na história do Brasil, explicita o ponto de vista do regime ao interpretar a intervenção de 1964 como *necessidade histórica* de defesa da pátria e de restauração da ordem contra a ameaça comunista, inscrevendo o golpe numa longa tradição de protagonismo salvacionista das Forças Armadas e convertendo a própria história em instrumento de legitimação política.

Após a profissionalização do campo histórico, o parecer n.º 977/1965, de Newton Sucupira, definiu as bases da pós-graduação stricto sensu (mestrado/doutorado) no Brasil, seguindo o modelo norte-americano, e a reforma universitária de 1968 consolidou esse desenho institucional. Em 1976, a

³³ Para saber mais: CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. 7 v.

³⁴ Para saber mais: VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. 2 v.

³⁵ Para saber mais: TAVARES, Aurélio de Lyra. **O Exército na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.



CAPES implementou o primeiro sistema de avaliação da pós-graduação, estabelecendo critérios de qualidade para autorização e funcionamento dos cursos, o que contribuiu para a consolidação de uma historiografia nacional produzida por historiadores profissionais vinculados à universidade.

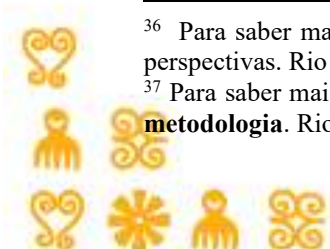
Nesse contexto, entre os anos de 1970 e 1990, uma obra que sintetiza essas discussões é: *A historiografia brasileira nos últimos vinte anos: balanços e perspectivas*³⁶, de Carlos Fico e Ronaldo Polito de 1994, que apresenta um amplo balanço crítico da produção historiográfica brasileira no período., articulando três eixos principais: em primeiro lugar, analisa o impacto da implantação e expansão da pós-graduação em história, que altera profundamente o perfil da produção, mais teses e dissertações, maior especialização temática e consolidação de novos núcleos universitários de pesquisa; em segundo lugar, discute o forte predomínio da história social de inspiração marxista nos anos 1970, em diálogo com a luta contra a ditadura, e a posterior diversificação de abordagens com a entrada mais sistemática da “Nova História” francesa, da história cultural e de novos objetos (cotidiano, mentalidades, cultura política); por fim, problematiza as relações entre campo acadêmico e demandas da esfera pública, comemorações oficiais, efemérides, encomendas institucionais, mostrando como a historiografia recente se produz em tensão permanente entre profissionalização universitária, agendas políticas e expectativas sociais, e sugerindo, ao final, pistas de temas e lacunas que deveriam orientar a pesquisa nas décadas seguintes.

Um balanço interessante sobre a historiografia dos anos 1990 é obra *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* (CARDOSO; VAINFAS, 1997)³⁷, uma coletânea organizada pelos professores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, composta por de ensaios de teoria e metodologia pensada para mapear “territórios” da prática histórica contemporânea. Cada capítulo aborda um domínio (história política, social, econômica, cultural, das mentalidades, micro-história, história das ideias, etc.), discutindo origens, principais correntes, autores de referência e implicações metodológicas. O volume combina uma defesa de um horizonte crítico (forte marca marxista e de história social) com a incorporação, e crítica, de novas abordagens (Annales, história cultural, pós-estruturalismo, micro-história), enfatizando sempre problemas como explicação, narrativa, evidência e cientificidade. No conjunto, o livro funciona como um “estado da arte” dos anos 1990, oferecendo ao historiador brasileiro um quadro sintético das grandes correntes em disputa e dos debates em torno da chamada “crise dos paradigmas” na disciplina.

Com a redemocratização em 1985, houve uma expressiva produção nas humanidades influenciada pelo *new left* inglesa, pesquisas que davam espaços aos “saberes subalternos”, um dos destaques desses trabalhos historiográficos é de Sidney Chalhoub, especialmente em *Visões da*

³⁶ Para saber mais: FICO, Carlos; POLITO, Ronaldo. *A historiografia brasileira nos últimos vinte anos: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

³⁷ Para saber mais: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.



liberdade (CHALHOUB, 1990)³⁸ de 1990 e *Trabalho, lar e botequim* (CHALHOUB, 2001)³⁹ publicado em 1986. Esses livros mostram, a partir de fontes judiciais, policiais e do cotidiano urbano, como escravizados, libertos e trabalhadores pobres produzem saberes práticos, estratégias e interpretações próprias sobre direito, família, trabalho e cidade, desmontando a imagem de sujeitos passivos e analfabetos politicamente. Com forte influência do trabalho de E. P. Thompson (história “vista de baixo”, categoria de experiência) na historiografia brasileira, voltando-se para saberes produzidos por grupos subalternizados, escravizados, ex-escravizados, trabalhadores urbanos, que confrontam, negociam e reapropriam normas e discursos das elites.

Durval Muniz de Albuquerque Junior, é um dos nomes de destaque na Historiografia brasileira entre o final dos anos 1990 e início de 2000, em *A invenção do Nordeste e outras artes* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011)⁴⁰, mostra como “Nordeste” é uma identidade espacial construída por discursos regionalistas, elites agrárias e produções culturais, não um dado natural ou econômico. Isso o coloca no centro de um conjunto de estudos sobre o lugar do Nordeste na historiografia brasileira, isto é, sobre como a própria historiografia ajudou a inventar a região, selecionar temas (seca, cangaço, folclore) e hierarquizar espaços nacionais. Albuquerque Júnior opera uma ruptura epistemológica ao utilizar a *genealogia* de Michel Foucault para demonstrar que o “Nordeste” não é um dado geográfico ou natural, mas uma *construção discursiva* elaborada entre as décadas de 1910 e 1920. O autor argumenta que essa identidade regional foi “inventada” por elites agrárias e intelectuais como uma reação política à perda de hegemonia para o Centro-Sul industrializado, selecionando estereótipos como a seca, o cangaço e o messianismo para cristalizar uma imagem de “arcaísmo” e “tradição”.

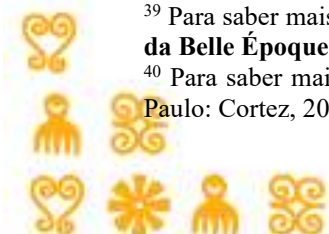
Ao desnaturalizar a região, Durval revela como a historiografia e a cultura participaram da fabricação de uma subjetividade nordestina que serviu tanto para reivindicar recursos estatais quanto para posicionar o Sudeste como o centro moderno da nação, consolidando uma *geografia disciplinar* que hierarquiza espaços e identidades no Brasil. Durval muniz no compo institucional também se destigui como presidente da associação nacional de História entre 2009 e 2011.

Chegando aos anos 2000, tem o destaque para o campo da Teoria da História do professor Estevão de Rezende Martins da UnB, é um nome importante para a história da historiografia no Brasil porque atua justamente na zona de contato entre teoria da história, leitura da historiografia e institucionalização do campo: além de contribuir com obras como *A história pensada: teoria e método*

³⁸ Para saber mais: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

³⁹ Para saber mais: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

⁴⁰ Para saber mais: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011



na historiografia europeia do século XIX (MARTINS, 2010)⁴¹, em que discute autores oitocentistas articulando forma de escrita, método e contexto, produz ensaios de síntese como *Historiografia contemporânea: um ensaio de tipologia comparativa*⁴², em que propõe tipos de escrita histórica no século XX e os relaciona à cultura histórica e às formas de uso público do passado. Ele foi ainda uma figura-chave na recepção de Jörn Rüsen no Brasil, traduzindo e apresentando livros como *História viva: teoria da história, fundamentais para a consolidação do vocabulário sobre o pensar historicamente, cultura histórica e consciência histórica entre nós*, e que hoje são referências correntes em trabalhos de história da historiografia. A trajetória de Estevão de Rezende Martins destaca-se como um pilar da institucionalização da Teoria da História no Brasil, especialmente a partir da criação, em 2009, da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Ao presidir a SBTHH entre 2009 e 2015, organização fundada durante o 3º Seminário Nacional de História da Historiografia na UFOP para incentivar o ensino e a pesquisa na área, Martins posicionou-se no centro do processo de autonomização deste campo científico. Esse protagonismo institucional é indissociável da sua densa produção bibliográfica, que inclui obras como *A história pensada* (2010) e *Historiografia contemporânea* (2011), tornando o seu percurso um ponto de passagem obrigatório para quem procura articular, com rigor teórico, a historiografia contemporânea e o conceito de cultura histórica no cenário nacional e internacional.

Ainda vale destacar, a revista *História da Historiografia*, fundada em 2008, se afirma como periódico de referência para a publicação de estudos sobre produção, fundamentação, circulação e recepção do conhecimento histórico, tornando-se fórum privilegiado de debate sobre regimes de historicidade, linguagens da história e crítica historiográfica no contexto latino-americano.

Nesse contexto, trabalhos como o de Wagner Geminiano dos Santos, em *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica (1980–2012)* (SANTOS, 2015), mostram como a expressão “historiografia brasileira” passa a designar, de forma predominante, o saber produzido pelo historiador profissional universitário, organizado em torno de programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e periódicos especializados, evidenciando a importância da geografia disciplinar e da memória disciplinar na configuração do campo.

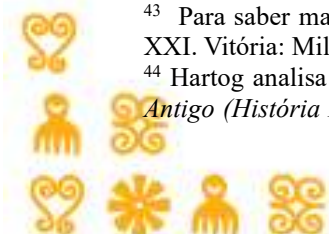
Autores como Valdei Lopes de Araujo e Mateus Pereira, ao discutirem o atualismo e as políticas do tempo em textos como *Atualismo 1.0 – Como a ideia de atualização mudou o século XXI* (ARAUJO; PEREIRA, 2018)⁴³, retomam e deslocam o debate inaugurado por François Hartog⁴⁴ sobre

⁴¹ Para saber mais: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. Curitiba: Prismas, 2010.

⁴² Para saber mais: MARTINS, Estevão de Rezende. **Historiografia contemporânea: um ensaio de tipologia comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

⁴³ Para saber mais: ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. Vitória: Milfontes, 2018

⁴⁴ Hartog analisa como a sociedade organiza sua experiência temporal através de três modelos fundamentais: o *Regime Antigo (História Magistra Vitae)*, onde o passado serve como mestre e guia para o presente; o *Regime Moderno (Século*



o presentismo, enfatizando como a ideia de atualização contínua intensifica a centralidade do presente. Ao articular essa crítica ao diagnóstico hartogiano de um regime de historicidade presentista, eles mostram como a mercantilização da memória, a lógica da novidade permanente e as exigências de atualização constante reconfiguram a prática historiográfica e seus vínculos com a esfera pública, afetando tanto os modos de narrar o passado quanto as formas de circulação social da história. introduz na teoria da história brasileira o conceito da *historicidade atualista* para pensar um presente que se torna estrato de tempo hegemônico, marcado pela exigência constante de atualização e pela mercantilização da memória. Essa chave permite compreender tanto a forma como a historiografia é produzida e consumida em meio a mídias digitais, museus e produtos culturais, quanto os modos pelos quais narrativas negacionistas sobre escravidão e ditadura militar circulam e disputam autoridade pública com a produção acadêmica.

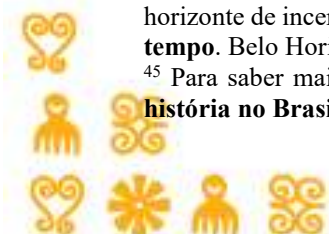
Por fim, a expansão de grupos de trabalho como o GT Teoria da História e História da Historiografia na ANPUH, fundado em 2001 durante XXI Simpósio Nacional de História, realizado em Niterói (UFF), bem como pesquisas recentes sobre descolonização, raça e movimentos sociais, apontam para uma agenda em que a história da historiografia brasileira se articula à história pública e às lutas por democratização do passado, incorporando narrativas negras, indígenas e de gênero e problematizando a persistência de cânones excludentes. Assim, entre 2008 e o presente, a consolidação institucional da área, SBTHH, revistas especializadas, laboratórios e GTs, anda junto com uma inflexão teórica que desloca o foco para uma analítica da historicidade da própria disciplina, em chave muitas vezes decolonial e crítica às hierarquias tradicionais de produção do conhecimento histórico no Brasil.

Na virada do século XXI, a história da historiografia brasileira passa a ser atravessada por agendas de descolonização do saber histórico, ampliação de sujeitos e enfrentamento dos negacionismos, o que recoloca a pergunta sobre quem tem direito de narrar o passado nacional. Ao mesmo tempo, iniciativas ligadas à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, e à discussão sobre descolonizar currículos e museus, tensionam os limites do cânone historiográfico ao demandar a incorporação sistemática de perspectivas afro-brasileiras e indígenas, deslocando a historiografia brasileira de uma narrativa eurocêntrica para uma pluralidade de vozes e temporalidades.

Pesquisas sobre histórias afro-brasileiro como a publicação *O horizonte do possível: intelectuais negras e a escrita da história no Brasil* (ARAÚJO, 2021)⁴⁵ de Ana Carolina Barbosa Araújo da UFBA; e indígenas com o trabalho de Maria Regina Celestino de Almeida *Os índios na*

XIX/XX), impulsionado pela crença no progresso e na utopia de um futuro melhor; e o Regime Presentista (atualidade), marca da nossa era contemporânea. Neste último, o esgotamento das utopias e a aceleração do cotidiano isolam o indivíduo em um presente contínuo e onipresente, transformando o passado em objeto de consumo patrimonial e o futuro em um horizonte de incertezas. Para saber mais: HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

⁴⁵ Para saber mais: ARAÚJO, Ana Carolina Barbosa de. **O horizonte do possível: intelectuais negras e a escrita da história no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2021.



história do Brasil (ALMEIDA, 2010)⁴⁶ e as questões de gênero, homossexualidades e as diversas invisibilidades na historiografia como no trabalho de Benito Bisso Schmidt *A História do Tempo Presente, relações de gênero, homossexualidades e a escrita da História* (SCHMIDT, 2015)⁴⁷ têm questionado a tradição canônica, marcada pela centralidade de homens brancos e pela marginalização de experiências negras e indígenas, propondo releituras que enfatizam agência, violência colonial e reparações, muitas vezes articuladas à história pública e à educação antirracista.

A crítica ao negacionismo, entendido como recusa deliberada de evidências consolidadas sobre violências de Estado, genocídio indígena e escravidão tornou-se, assim, uma frente importante da história da historiografia e da história pública no Brasil. Fernando Nicolazzi constitui uma referência central na interface entre teoria da história, história da historiografia brasileira e crítica aos negacionismos contemporâneos, em textos reunidos sob o eixo *Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo* (NICOLAZZI, 2013)⁴⁸, analisa produtos como os documentários da Brasil Paralelo, examinando as formas de experiência do tempo e de afetação que estruturam essas narrativas e mostrando como retomam esquemas oitocentistas de história nacional para normalizar o “injustificável”, o que o inscreve diretamente no debate teórico sobre negacionismo histórico e usos públicos do passado. Em conjunto, essas obras permitem associar Nicolazzi a conceitos como ensaio histórico, consciência/experiência do tempo, pluralismo historiográfico e usos afetivos do passado, tornando-o um autor estratégico para pensar, ao mesmo tempo, a tradição dos intérpretes do Brasil, a história da historiografia e os desafios colocados pelo negacionismo no Brasil atual.

Dessa maneira, na fase mais recente, a história da historiografia brasileira combina reflexões de alta densidade teórica – sobre regimes de historicidade, atualismo e função pública da história – com a análise de disputas concretas em torno da memória de escravidão, racismo e ditadura, aproximando-se da história pública e das lutas por justiça cognitiva. Autores, coletivos e instituições passam a conceber a própria historiografia como campo de batalha simbólico no qual se jogam não apenas interpretações eruditas do passado, mas também os direitos de grupos historicamente subalternizados de se verem como sujeitos da história, o que redefine o horizonte normativo e político da disciplina no Brasil contemporâneo.

⁴⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

⁴⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. *A História do Tempo Presente, relações de gênero, homossexualidades e a escrita da História*. **Revista Latino-Americana de História**, [s. l.], v. 4, n. 13, p. 120-136, 2015

⁴⁸ NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo*. **Politika**. [França]. N. 13, 2023.



3 ENTRE CONTINUIDADE E RUPTURA: PERIODIZAÇÃO E TEMPORALIDADE HISTÓRICA

A periodização pode ser apresentada, desde o início, como um problema epistemológico central da teoria da história, em que diferentes tradições definiram modos específicos de recortar e dotar de sentido o tempo histórico. Nesse horizonte, Johann Gustav Droysen (1808 – 1884) (DROYSEN, 2009)⁴⁹, tal como lido por Arthur Alfaix Assis (ASSIS, 2014)⁵⁰, é decisivo: ao enfatizar a *Investigação* (Forschung) como núcleo do ofício, "A história é compreendida como o conhecimento do ser humano sobre si mesmo (DROYSEN, 2009, p. 55.", Droysen mostra que o historiador não “encontra” períodos prontos no passado, mas ativa potenciais de sentido da realidade histórica de modo a orientar a ação no presente; a periodização é, portanto, uma forma de realizar essa função pragmática da historiografia, selecionando começos, fins e continuidades que tornam inteligível um devir por natureza fragmentário.

Articulando essa perspectiva com a teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen (RÜSEN, 2001)⁵¹, pode-se dizer que a periodização é um dos dispositivos pelos quais a consciência histórica organiza a relação entre experiência passada, compreensão do presente e expectativa de futuro, produzindo narrativas que estabilizam identidades e projetos coletivos. Nessa chave, a crítica de Michel de Certeau à escrita da história (CERTEAU, 1982)⁵² enquanto *operação historiográfica*⁵³ permite ainda explicitar o lugar social desses recortes temporais: toda periodização combina práticas eruditas (escolha de marcos, definição de fases) com pertencimentos institucionais e interesses políticos, de modo que o que costuma aparecer como “divisão natural” do tempo é, na realidade, o resultado de decisões teóricas e disputas de poder inscritas na própria forma de narrar o passado.

A crítica pós-colonial à periodização parte do diagnóstico de que a matriz europeia oitocentista universalizou uma experiência temporal particular, a da modernidade burguesa europeia, como se fosse o próprio “tempo da humanidade”, relegando o restante do mundo a posições estruturais de atraso. É nesse ponto que a contribuição de Dipesh Chakrabarty, em *Provincializando a Europa* (CHAKRABARTY, 2023)⁵⁴, torna-se decisiva: ao discutir o historicismo como filosofia implícita da

⁴⁹ Para saber mais: DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História (Histórica)**. Tradução de Sara Albieri. Petrópolis: Vozes, 2009.

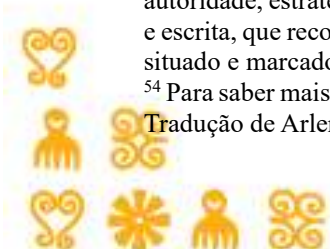
⁵⁰ Para saber mais: ASSIS, Arthur Alfaix. **What Is History For? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography**. New York: Berghahn Books, 2014.

⁵¹ Para saber mais: RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001

⁵² Para saber mais: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982

⁵³ Em Michel de Certeau, a operação historiográfica é o conjunto de procedimentos pelos quais algo do passado é transformado em “história” escrita. Em vez de ver a história como simples relato de fatos, Certeau mostra que o historiador sempre trabalha a partir de um lugar social (instituições, arquivos, universidades), utiliza práticas específicas (selecionar fontes, recortar problemas, aplicar métodos) e produz um texto com regras próprias (formas de narrativa, modos de autoridade, estratégias de prova). Assim, a operação historiográfica é essa articulação entre lugar social, prática de pesquisa e escrita, que recorta o passado, organiza-o segundo certas perguntas e o devolve na forma de um discurso histórico, sempre situado e marcado por relações de poder.

⁵⁴ Para saber mais: CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializando a Europa: pensamento pós-colonial e diferença histórica**. Tradução de Arlene Clemesha e Rafael de Bivar Marquese. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023



história moderna, ele mostra como as narrativas que organizam o passado em estágios sucessivos: feudalismo, capitalismo, modernização, criam o que chama de *sala de espera da história*, na qual colônias, povos indígenas e populações negras aparecem sempre como *não ainda modernos*. Para desmontar esse dispositivo, Chakrabarty propõe distinguir entre o *Tempo 1*, homogêneo e vazio, próprio da lógica do capital e das histórias universais, e o *Tempo 2*, que abriga temporalidades plurais, deuses, ancestrais, ritmos rituais, afetos, irreduzíveis à linha reta progressiva. Transpondo essa crítica para o caso brasileiro, torna-se possível problematizar periodizações consagradas como: 1500, 1822, 1888, 1889, 1930, 1964, 1988, como narrativas que encadeiam a “formação da nação” em fases lineares, ao preço de expulsar indígenas e afro-descendentes do tempo da cidadania plena ou de tratar suas experiências como resíduos de um passado destinado a desaparecer. A partir dessa perspectiva, a periodização deixa de ser apenas uma questão técnica de recorte cronológico e passa a ser pensada como um instrumento de poder colonial, cuja crítica é condição para imaginar temporalidades não subordinadas à experiência europeia da modernidade.

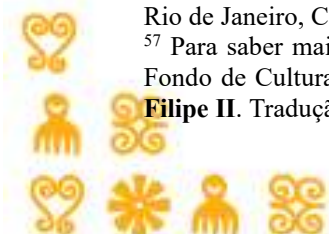
A proposta de pensar a periodização a partir de uma história social do tempo encontra em João Paulo G. Pimenta um interlocutor privilegiado. Em *O livro do tempo: uma história social* (PIMENTA, 2021)⁵⁵, "O tempo é uma dimensão da vida social, produzida e reproduzida por meio de práticas, saberes e instituições" (PIMENTA, 2021, p. 15). Pimenta argumenta que o tempo não é um pano de fundo neutro, mas uma dimensão da vida social produzida por práticas, saberes e instituições, que vão dos ciclos naturais e calendários religiosos às cronologias nacionais e reformas de fuso horário. Ao reconstruir, em perspectiva longa, formas de contar, medir e ordenar o tempo, o autor mostra que calendários e periodizações são artefatos políticos: exprimem relações de poder, projetos de governo e disputas por hegemonia, como no caso da Independência brasileira, em que a construção do “Império” implicou diferenciar o tempo do Brasil daquele atribuído à suposta “anarquia” hispano-americana.

Essa abordagem converge com a metáfora dos *estratos de tempo* proposta por Reinhart Koselleck (KOSELLECK, 2021)⁵⁶, "A metáfora dos estratos de tempo indica que na história existem diversas camadas temporais que se sobrepõem" (KOSELLECK, 2014, p. 19). tais diferentes camadas temporais, estruturas de longa duração, ritmos sociais, eventos, mudam a velocidades distintas, produzindo uma permanente “sincronia do assíncrono” em qualquer presente. Articulada ainda à distinção braudeliana (BRAUDEL, 1991; 2016)⁵⁷ entre o *tempo curto dos acontecimentos* e a *longa duração* das estruturas, essa perspectiva permite compreender que toda periodização recorta e

⁵⁵ PIMENTA, João Paulo G. **O livro do tempo: uma história social**. São Paulo: Edições 70, 2021.

⁵⁶ Para saber mais: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2021.

⁵⁷ Para saber mais: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de Angelina Merín del Campo. México: Fondo de Cultura Económica, 1991 e BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Tradução de Maria Eloisa Capellari e Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2016. 2 v.



simplifica uma realidade temporal muito mais densa, em que sobrevivências do passado, acelerações do presente e horizontes de futuro se sobrepõem de modos desiguais.

A discussão sobre periodização e temporalidades no mundo contemporâneo ganha densidade quando articulada aos conceitos de “regimes de historicidade” e “atualismo”. Em *Regimes de historicidade* (HARTOG, 2013)⁵⁸, François Hartog propõe "O regime de historicidade é o modo de articulação das três categorias de passado, presente e futuro" (HARTOG, 2013, p. 37) que cada época organiza de forma específica a relação entre passado, presente e futuro, distinguindo, entre outros, o *regime antigo ou exemplar* (em que o passado funciona como modelo a ser imitado, na perspectiva da *Historia Magistra Vitae*), o *regime moderno de historicidade* (centrado na crença no futuro como horizonte de progresso, que segundo Koselleck Surge com a "Sela de Tempo" (*Sattelzeit*) entre 1750 e 1850) e o *presentismo*, caracterizado pela inflação do presente, pelo esvaziamento do futuro e pela conversão do passado em estoque de memórias e patrimônios.

Nesse quadro, as periodizações modernas, com sua confiança em “eras” sucessivas e em narrativas de desenvolvimento, são expressão típica do regime moderno de historicidade, hoje tensionado pela experiência de crises ecológicas, sociais e políticas que comprimem o horizonte temporal. É nesse ponto que Mateus Pereira e Valdeci Araujo intervêm ao formular o conceito de *historicidade atualista*, sobretudo em textos como *Atualismo 1.0* (ARAÚJO; PEREIRA, 2019)⁵⁹, para descrever uma condição em que o imperativo de atualização constante, versões de softwares, feeds de notícias, fluxos de redes sociais, produz um presente hiperfragmentado e permanentemente reconfigurado. Se o presentismo de Hartog enfatiza a hegemonia do presente e a crise do futuro, o atualismo destaca a lógica específica dessa hegemonia na era digital, em que o tempo se organiza menos em “épocas” estabilizadas e mais em atualizações sucessivas, o que afeta tanto a maneira como os sujeitos experienciam o tempo quanto os modos pelos quais a historiografia recorta e nomeia seus períodos.

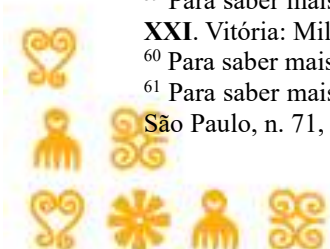
A crítica à periodização eurocêntrica ganha densidade quando se consideram as temporalidades subalternas, indígenas e afro-diaspóricas, historicamente expulsas do “tempo da nação”. Os trabalhos de Maria Regina Celestino de Almeida são centrais nesse movimento: em *Os índios na história do Brasil* (ALMEIDA, 2010)⁶⁰ e em artigos como *Os índios na história do Brasil no século XIX* (ALMEIDA, 2006)⁶¹, a autora mostra como a historiografia oitocentista, ao organizar a narrativa em torno da formação do Estado e da “civilização”, relegou os povos indígenas a um passado destinado

⁵⁸ Para saber mais: HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa de Paula Galvão e Lindomar Alves de Souza. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁵⁹ Para saber mais: ARAÚJO, Valdeci; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. Vitória: Milfontes, 2019.

⁶⁰ Para saber mais: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

⁶¹ Para saber mais: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX. **Revista USP**, São Paulo, n. 71, p. 46-57, set./nov. 2006.



ao desaparecimento, negando a contemporaneidade de suas existências e de seus modos próprios de articular passado, presente e ancestralidade. Ao revisitar tanto essa tradição quanto as pesquisas recentes, Almeida defende a necessidade de reinscrever os indígenas no tempo histórico como sujeitos de políticas, alianças e memórias, o que implica reconhecer temporalidades que não se ajustam à linearidade progressiva da cronologia nacional. Nesse ponto, a obra de Ailton Krenak, especialmente *Ideias para adiar o fim do mundo* (KRENAK, 2019)⁶², aprofunda a crítica ao *tempo da modernidade* ao denunciar o mito do progresso e a separação entre humanidade e natureza, propondo uma experiência temporal baseada em vínculos ancestrais com a terra e em responsabilidades partilhadas com outros seres, humanos e não humanos. Suas reflexões ajudam a pensar as temporalidades indígenas não apenas como sobrevivências residuais dentro do tempo nacional, mas como projetos alternativos de organização do próprio horizonte histórico, deslocando o presente para um campo em que convivem, de modo não hierárquico, passado ancestral, lutas atuais e a necessidade de “adiar o fim do mundo”.

De maneira análoga, obras de Sidney Chalhoub como *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (CHALHOUB, 1990)⁶³ trata que abolição da escravidão não foi um “presente” do Estado ou uma concessão das elites (o marco de 1888 como evento isolado), mas o resultado de décadas de lutas políticas e cotidianas dos próprios escravizados; e *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (CHALHOUB, 2001)⁶⁴ que trata o cotidiano das classes populares no Rio de Janeiro do início do século XX (a Belle Époque), era marcado por uma resistência tenaz à tentativa do Estado de disciplinar o trabalho e a vida privada.

Inspiradas em E. P. Thompson, evidenciam como escravizados, libertos e trabalhadores pobres produzem experiências e expectativas temporais específicas, em torno do trabalho, da família, da luta por direitos, que desestabilizam a periodização que trata a Abolição como “fim” da escravidão e o pós-1888 como simples entrada na modernidade cidadã.

Chalhoub utiliza o método da Micro-história e do *Paradigma Indiciário* Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1987)⁶⁵, Chalhoub “escava” o tempo através dos processos criminais (o arquivo), encontrando ali uma experiência temporal que não cabe na cronologia oficial do Estado Brasileiro

Somando-se a isso, o conceito de *tempo espiralar* formulado por Leda Maria Martins na obra *Performances do tempo espiralar* (MARTINS, 2021)⁶⁶, a partir de tradições afro-diaspóricas, oferece

⁶² Para saber mais: KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁶³ Para saber mais: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

⁶⁴ Para saber mais: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

⁶⁵ Para saber mais: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

⁶⁶ Para saber mais: MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021

uma imagem poderosa para pensar a articulação entre passado, presente e futuro em movimento de espiral⁶⁷, em contraste com a linha reta moderna, reforçando a ideia de que descolonizar a periodização exige levar a sério formas outras de temporalidade produzidas por sujeitos historicamente subalternizados.

A discussão sobre o Antropoceno⁶⁸ introduz um deslocamento radical nas formas de periodizar o tempo histórico, ao articular escalas humanas e geológicas. Dipesh Chakrabarty, em textos como *O clima da história: quatro teses* (CHAKRABARTY, 2023)⁶⁹, argumenta que a crise climática obriga os historiadores a pensar simultaneamente a história curta da modernidade, com suas cronologias de revoluções, Estados e economias, e a *história profunda da Terra*, em que a ação humana se torna força geofísica capaz de alterar a estratigrafia do planeta. Essa colisão entre o tempo da política e o tempo do sistema terrestre desestabiliza a periodização moderna centrada em eventos humanos e coloca em questão a própria suficiência de marcos como “moderno” ou “contemporâneo”.

No contexto brasileiro, autores como Rodrigo Turin, no texto *As mutações do tempo histórico: o Antropoceno e o fim da história* (TURIN, 2022)⁷⁰, discute como o Antropoceno reconfigura radicalmente a nossa experiência do tempo histórico e coloca em xeque a narrativa moderna de progresso e de “fim da história”. Turin parte da ideia de que o Antropoceno não é apenas uma nova época geológica, mas uma ruptura no modo como humanos e não humanos compartilham o tempo, dissolvendo a antiga separação entre “história humana” e “história da natureza”. Dialogando com autores como Chakrabarty, ele argumenta que a entrada do clima, da geologia e do “Sistema Terra” na cena histórica produz um presente marcado pela *iminência da catástrofe*, no qual a história se torna “mortal”: o horizonte deixa de ser o *progresso indefinido* e passa a ser a *possibilidade do colapso* das condições que tornaram a própria história humana possível. A partir daí, o texto explora como essa mutação do tempo histórico obriga a *repensar regimes de historicidade*, expectativas de futuro e os modos tradicionais de periodização que estruturaram a historiografia moderna.

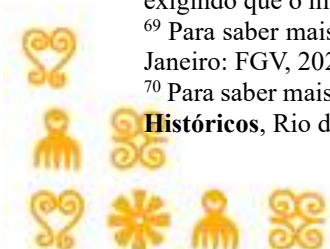
Nessa chave, a velha dicotomia entre a *curta duração* do acontecimento e *longa duração* das estruturas, trabalhada por Fernand Braudel, é retomada e ampliada: não se trata apenas de cruzar eventos e estruturas sociais, mas de articular a história das sociedades com a história do clima, dos

⁶⁷ Apesar do conceito espiral, ele não tem relação com a ideia de Walter Benjamin, que trata em *Origem do drama trágico alemão*, Benjamin fala da origem como um "redemoinho no fluxo do devir". A história para ele não é uma linha, mas uma constelação onde pontos do passado se ligam ao presente em "saltos de tigre". É um movimento helicoidal de resgate da memória, lembrando um espiral. Para saber mais: BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

⁶⁸ Diferente das épocas anteriores, em que as mudanças climáticas e geológicas decorriam de fenômenos naturais, no Antropoceno a humanidade torna-se a principal força geofísica capaz de alterar o ciclo do carbono, o nível dos oceanos e a biodiversidade. Na teoria da história, o conceito desafia a distinção clássica entre "história humana" e "história natural", exigindo que o historiador considere escalas de tempo geofísicas (duração profunda) em suas análises.

⁶⁹ Para saber mais: CHAKRABARTY, Dipesh. **O clima da história: quatro teses**. Tradução de Arlene Clemesha. Rio de Janeiro: FGV, 2023.

⁷⁰ Para saber mais: TURIN, Rodrigo. *As mutações do tempo histórico: o Antropoceno e o fim da história*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 11-28, jan./abr. 2022



ciclos biogeoquímicos e da própria vida no planeta, exigindo que a periodização histórica incorpore escalas, agentes e temporalidades que escapam à tradição antropocêntrica da disciplina.

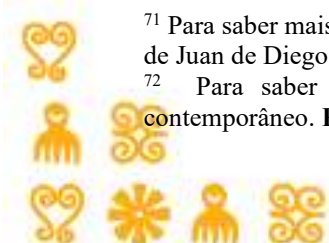
Nesse horizonte, o trabalho de Berber Bevernage da Ghent University na Bélgica, também se torna fundamental para repensar tempo e justiça histórica. Em *Historia, memoria y violencia de Estado: el tiempo de la justicia* (BEVERNAGE, 2015)⁷¹, entende que "La política del tiempo de la justicia no trata de 'superar' el pasado, sino de reconocer su persistencia ontológica" (BEVERNAGE, 2015, p. 112). O autor mostra como a temporalidade histórica moderna, que separa rigidamente passado, presente e futuro e trata o passado como *encerrado*, tende a favorecer a posição dos perpetradores, ao empurrar as violências de Estado para um "então" inacessível, enquanto para as vítimas esses eventos permanecem como um passado *irredutivelmente presente*, que continua a ferir e a exigir reparação. Ao levar a sério essa experiência de um tempo "não resolvido", Bevernage defende a necessidade de imaginar regimes de historicidade nos quais injustiças coloniais e violências massivas não sejam vistas como capítulos concluídos, mas como dimensões contemporâneas do presente, o que aproxima sua reflexão das lutas de povos indígenas, afro-diaspóricos e outros grupos subalternos que recusam a pacificação temporal imposta pelos Estados-nação.

A relação entre periodização, temporalidades e negacionismo permite explicitar a dimensão ética e política da teoria da história. Os debates recentes sobre negacionismos históricos no Brasil têm mostrado que não se trata apenas de disputa sobre "fatos", mas de operações sobre o tempo: reordenar sequências, apagar continuidades de violência, transformar ditaduras e escravidão em "episódios superados" ou em meros pontos de vista. Nesse sentido, o dossiê "Negacionismos e usos da história" organizado por Alexandre Avelar (UFU), Berber Bevernage (Ghent University - Bélgica) e Patrícia Valim (UFBA), publicado em 2021 pela Revista Brasileira de História da ANPUH Brasil, em, os textos tratam como o enfrentamento ao negacionismo passa por um pluralismo historiográfico rigoroso, capaz de distinguir entre divergências interpretativas legítimas e falsificações deliberadas que rearranjam temporalidades para legitimar projetos autoritários.

Trabalhos de Fernando Nicolazzi sobre negacionismo e usos afetivos do passado como no artigo *Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo* (NICOLAZZI, 2023)⁷² aprofundam essa discussão ao analisar produtos como as séries documentais de viés revisionista, mostrando como recuperam matrizes oitocentistas de narrativa nacional, centradas em heróis, hierarquias raciais e uma trajetória de ordem e progresso, e as reatualizam em linguagem emocional para normalizar o injustificável. Ao articular conceitos de consciência histórica, regimes de historicidade e usos públicos do passado.

⁷¹ Para saber mais: BEVERNAGE, Berber. **Historia, memoria y violencia de Estado: el tiempo de la justicia**. Tradução de Juan de Diego. Buenos Aires: Prometeo Libros; Facultad de Filosofía y Letras (UBA), 2015.

⁷² Para saber mais: NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo*. **Política**. [França]. N. 13, 2023.



Nicolazzi aponta que o negacionismo não apenas distorce fatos, mas fabrica um horizonte temporal específico: um presente vivido como decadência, um passado mitificado como plenitude e um futuro imaginado como retorno à ordem, o que implica um regime de historicidade regressivo que disputa diretamente a autoridade da historiografia crítica.

A reflexão desenvolvida em torno da periodização e das temporalidades permite concluir que o historiador não lida com “eras naturais” do tempo, mas com recortes construídos que articulam, de modo tenso, epistemologia, poder e ética. Do ponto de vista teórico, autores como Droysen (via Arthur Assis), Rüsen e Certeau mostram que toda periodização é uma operação da consciência histórica: ela ativa potenciais de sentido do passado para orientar práticas no presente, recortando inícios, fins e durações segundo critérios que nunca são neutros.

A crítica pós-colonial de Chakrabarty lembra, porém, que a grande periodização moderna, forjada na Europa oitocentista, se impôs como se fosse universal, produzindo uma “sala de espera da história” em que povos colonizados, indígenas e populações negras aparecem como “não ainda” modernos, o que exige desnaturalizar esses marcos e reconhecer temporalidades subalternas, indígenas e afro-diaspóricas que não cabem na linha reta do progresso. Ao mesmo tempo, a discussão de regimes de historicidade (Hartog), do atualismo (Pereira e Araujo) e do Antropoceno (Chakrabarty, Turin) evidencia que vivemos uma reconfiguração profunda da relação com o tempo, em que o presente se torna hegemônico, o futuro se precariza e escalas geológicas entram em cena, tensionando ainda mais os recortes tradicionais da disciplina. Nesse contexto, a defesa de uma periodização plural e reflexiva implica, por um lado, reconhecer a coexistência de múltiplas escalas e ritmos, do cotidiano ao climático, do nacional ao planetário, e, por outro, assumir a responsabilidade ética de confrontar usos negacionistas do passado que manipulam o tempo para apagar continuidades de violência e blindar projetos autoritários.



REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1907.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX. Revista USP, São Paulo, n. 71, p. 46-57, set./nov. 2006.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARAÚJO, Ana Carolina Barbosa de. O horizonte do possível: intelectuais negras e a escrita da história no Brasil. Salvador: EdUFBA, 2021

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Milfontes, 2018

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Milfontes, 2019.

ASSIS, Arthur Alfaix. A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução. Goiânia: Ed. da UFG, 2011

ASSIS, Arthur Alfaix. What is History for? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography. New York: Berghahn Books, 2014

ASSIS, Arthur Alfaix. What Is History For? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography. New York: Berghahn Books, 2014.

BENJAMIN, Walter. Origem do drama trágico alemão. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BEVERNAGE, Berber. Historia, memoria y violencia de Estado: el tiempo de la justicia. Tradução de Juan de Diego. Buenos Aires: Prometeo Libros; Facultad de Filosofía y Letras (UBA), 2015.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. Tradução de Angelina Merín del Campo. México: Fondo de Cultura Económica, 1991

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. Tradução de Maria Eloisa Capellari e Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2016. 2 v.

CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. 7 v.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. Tradução de Arlene Clemesha. Rio de Janeiro: FGV, 2023.

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializando a Europa: pensamento pós-colonial e diferença histórica. Tradução de Arlene Clemesha e Rafael de Bivar Marquese. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2023

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

DILTHEY, Wilhelm. Introdução às ciências humanas – tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

DROYSEN, Johann Gustav. Manual de Teoria da História (Histórica). Tradução de Sara Albieri. Petrópolis: Vozes, 2009.

FICO, Carlos; POLITO, Ronaldo. A historiografia brasileira nos últimos vinte anos: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52. ed. rev. São Paulo: Global, 2006

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Vozes, 2003.v.1

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e nação no Brasil (1838-1857). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-31, 1988.

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. Lisboa: Edições 70, 1968

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013



HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa de Paula Galvão e Lindomar Alves de Souza. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEIDEGGER, Martin. Ontologia–Hermenêutica da facticidade. Trad. Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2021

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Minerva Heritage Press, 2024

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, Estevão de Rezende. A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. Curitiba: Prismas, 2010.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historiografia contemporânea: um ensaio de tipologia comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo. Politika.[França]. N. 13, 2023

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo. Politika.[França]. N. 13, 2023.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2011

PIMENTA, João Paulo G. O livro do tempo: uma história social. São Paulo: Edições 70, 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012

RAMOS, Márcia Elisa Teté; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. MOBILE LEARNING: APRENDER SOBRE O PASSADO NA CONVERGÊNCIA ENTRE LITERACIA DIGITAL E LITERACIA HISTÓRICA. Territórios e Fronteiras, v. 15, n. 1, 2022.

RICOEUR, Paul. O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica. Porto: Rés, 1988.

RICOEUR, Paul. Si-mesmo como outro. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Papyrus, 1994. v3

RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Unb, 2001.

RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado: os princípios fundamentais da pesquisa histórica. Brasília: Editora UnB, 2007

SANTOS, Wagner Geminiano dos. A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica (1980-2012). 2015. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015

SCHLEIERMACHER, Friedrich de. A arte e a técnica da interpretação. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso. A História do Tempo Presente, relações de gênero, homossexualidades e a escrita da História. Revista Latino-Americana de História, [s. l.], v. 4, n. 13, p. 120-136, 2015

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo. A Didática Reconstitutivista da História: um marco na historiografia do Ensino de História. Clio: Revista de Pesquisa Histórica (01024736), v. 42, 2024.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martins; RAMOS, Márcia Elisa Teté. As contribuições da History Education para a pesquisa em ensino de História. ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Muleet. Ensino de história e suas práticas de pesquisa. São Leopoldo: OIKOS, p. 96-113, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Ensino de História não é Educação, mas calma que eu explico!. Palavras ABEHrtas, 2021.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; JUNIOR BONETE, Wilian. questão indígena presente nos Livros Didáticos de História: uma análise a partir das orientações do Guia Digital PNL D. Saeculum-Revista de História (0104-8929), v. 28, n. 48, 2023.

TAVARES, Aurélio de Lyra. O Exército na história do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

TURIN, Rodrigo. As mutações do tempo histórico: o Antropoceno e o fim da história. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 11-28, jan./abr. 2022

VIANNA, Hélio. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. 2 v.

WHITE, Hayden V. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. Edusp, 1995.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

